

educação & realidade

ESCOLA E REPRODUÇÃO SOCIAL



Educação e Teorias do Estado
Escola e Produção da Ignorância
Tecnologia, Trabalho e Educação

PIAGET: A profissão empirista de Bárbara Freitag

FERNANDO BECKER

“Na Psicologia há métodos experimentais e confusão conceitual” (L. Wittgenstein. Cap. XIV da 2ª parte das *Investigações Filosóficas*).

Em vez de responder às críticas que apontam confusões conceituais na interpretação da Epistemologia Genética de Piaget, em sua obra *Sociedade e Consciência*, Freitag, por expedientes vários desconversa a respeito das questões que lhe foram colocadas perdendo a oportunidade de um debate fecundo e, finalmente, ao tentar responder a uma destas questões, produz uma verdadeira profissão (de fé, doutrinária) empirista, alinhando-se ao behaviorismo clássico na explicação da gênese e do desenvolvimento do conhecimento.

1. Breve Histórico

É importante que se comece com um breve histórico que refaça os percalços da produção e da publicação do texto: “Uma Socióloga lê Piaget: as Confusões Conceituais de Bárbara Freitag” (*Educação e Realidade*, v.12, n.1); texto cuja réplica de Freitag, intitulada: “Um Psicólogo lê Piaget: as Confusões Conceituais de Fernando Becker” (*Educação e Realidade*, v.12, n.2), constitui a matéria-prima da presente tréplica.

a) No início do ano escolar de 1984 eu estava concluindo o meu doutorado na Universidade de São Paulo. A insatisfação que sentia então – e que ainda sinto hoje – que se relacionava com o próprio tema central da tese (*Da Ação à Operação: O Caminho da*

Aprendizagem; J. Piaget e P. Freire) referia-se à falta de uma leitura sociológica de Piaget. Já tinha em mãos o livro de Anne-Nelly Perret-Clermont (*A construção da Inteligência pela Interação Social*), e conhecia alguma coisa de H. Wallon, mas isto não satisfazia, não era suficiente, sobretudo porque sentia falta de uma linguagem que falasse a Epistemologia Genética para a escola brasileira, para o educador brasileiro; e isto teria que ser feito pela Sociologia. E por uma Sociologia “brasileira”. Foi neste preciso momento que apareceu o livro “*Sociedade e Consciência*; um Estudo Piagetiano na Favela e na Escola”, de Bárbara Freitag (1984). Podia existir, na ocasião, um título mais promissor, mais esperado?

b) No início do ano escolar de 1984 eu começava a orientar três alunas de mestrado que defendiam projetos que, por sua vez, envolviam, em determinado nível cada um, a teoria piagetiana da gênese e do desenvolvimento do conhecimento; ao mesmo tempo, elas mergulhavam na sociologia para se instrumentalizar a fim de rastrear os processos escolares que, segundo suas hipóteses, “produziam ignorância”, ou determinavam a repetência e a evasão constituindo-se em “mecanismos seletivos da escola pública” ou, ainda, simplesmente, atropelavam as hipóteses que a criança faz sobre a leitura e a escrita tornando impossível, para muitas destas crianças, realizar o seu processo de alfabetização.

Foi neste preciso momento que surgiu o livro “*Sociedade e Consciência*” cuja autora já era conhecida, em nosso meio, em Sociologia da Educação pelo uso de seu livro “*Escola, Estado e Sociedade*” (1980). Vibrei, recomendei a leitura às três orientandas; mais, fizemos um grupo de estudos – tal a

importância que atribuíamos à obra! Segunda reunião, terceira reunião... resisti à sensação de vazio que se avolumava, quarta reunião: não consegui mais segurar. O grupo se dissolveu.

c) Resolvi, sozinho, meses depois, retomar o estudo de Sociedade e Consciência. Queria conferir o porquê da sensação de vazio, do mal-estar. Afinal, um estudo tão sério, de tamanho porte! De mais a mais, os computadores de Berlim não podem falhar! Era necessário encontrar alguma justificativa para o que tinha acontecido. *E encontrei!* O resultado foi o texto que apresentei no Terceiro Seminário Regional de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, em novembro de 1985, na UNICAMP, intitulado: “Os Conceitos de Maturação e Meio Social em Sociedade e Consciência: uma Confusão Lamentável ou nem Tanto?”

d) Assim que terminei a apresentação deste trabalho naquele Seminário, uma representante da revista Educação e Sociedade mostrou interesse na sua publicação. Argumentei que textos deste teor estavam sendo publicados em Cadernos de Pesquisa. Na incerteza, entretanto, entreguei o texto. Afirmação começa outra história. Após várias reclamações, por carta e por telefone, recebi – pasmem! – *um ano e meio depois*, uma resposta negativa transmitida por uma carta não assinada, dizendo que se eu estivesse disposto a expor melhor a teoria da equilíbrio então o texto poderia ser publicado... Suspeitei que estava sendo alvo de censura, que o meu trabalho estava sendo cassado... Respondi com uma carta contundente que até hoje não foi respondida, o que me leva a confirmar minhas suspeitas de censura. Foi neste contexto “raivoso”, de paranóia ou não, que mudei o título do trabalho... título que, sintomaticamente, é a única coisa que B. Freitag aceita do meu texto.

2. Uma questão de método?

Antes de entrar na questão maior do empirismo consideremos um pouco o método utilizado pela autora; “método” porque se verifica uma surpreendente coerência que, de modo genérico, pode ser assim expresso: inventando uma afirmação aqui, distorcendo outra ali, desfechando agressões acolá, respondendo a questões que não foram levantadas, gastando pólvora com questões secundárias, Freitag foge permanentemente das questões maiores que lhe foram propostas. Numa palavra, procura derrubar o crítico, não as críticas. Acredito que ao leitor desatento conseguirá distrair. Mas não resistirá a uma leitura um pouco mais crítica.

Freitag exhibe uma obsessiva preocupação em desautorizar a minha crítica com lances que mal disfarçam uma atitude autoritária. É esta, de fato, a tonalidade predominante de sua réplica.

Começa a autora classificando minha demonstração de “banalidade teórica” (p. 97) e, num lance de imaginação, coloca um Piaget – e até um Max! – espantado com as barbaridades que eu teria dito. Demonstro que Bárbara ora interpreta Piaget como maturacionista ora como empirista e reconheço, ainda, que há momentos de interpretação correta. Seria banalidade insistir que as duas primeiras posições são incompatíveis entre si, como ainda que ambas são incompatíveis com a teoria de Piaget, mas a autora me acusa de sequer ter percebido a incompatibilidade das duas posições (p. 99); e já que Freitag insiste nesta banalidade (p. 100), vou avançar e dizer o que, por achar desnecessário, não disse anteriormente: permitindo que convivam no seu texto (Sociedade e Consciência) o maturacionismo, o empirismo e o interacionismo piagetiano Freitag defende, de fato, uma posição epistemológica *ecclética*; é por isso que seus raciocínios carecem da generalidade epistemológica que constitui uma característica básica do pensamento piagetiano: daí, para o raciocínio sofisticado, dista apenas um passo: o passo da inferência logicamente incorreta. O meu esforço de mostrar que uma leitura sociológica da Epistemologia Genética não deve partir de confusões conceituais, especialmente a nível epistemológico, Bárbara interpreta que eu entendo que só “iniciados” podem ter acesso a esta teoria.

Da minha demonstração de que a compreensão – da teoria piagetiana – da socióloga Freitag está equivocada, a autora extrai uma afirmação universal: a leitura de todo sociólogo levará a confusões conceituais. Para defender-se de minhas críticas a autora cita passagens do seu livro tendo o cuidado de nunca citar, com uma exceção parcial (como veremos adiante: 3c), aquelas que foram alvo de minha crítica; ou será que terei que transcrever todas elas: como já disse, são dezenas!

Mas o que pesa em Sociedade e Consciência, como já vimos, são as dezenas de confusões entre empirismo, maturacionismo e entre estas e a posição piagetiana; em vez de responder a estas questões epistemológicas, o que poderia originar uma discussão fecunda, Freitag preocupa-se simplesmente em me transformar em alvo de suas ironias: pelo título da réplica, pelo “exercício de aritmética”, pela metáfora do espanto, etc. Será que é isso que a Sociologia tem a oferecer à Psicologia?

Afirma Freitag que eu a acuso de ter cometido o “pecado” fundamental (p. 97) de

ter feito uma leitura sociológica de Piaget: “O que irrita Becker é que eu não tenha reconhecido o estatuto sociológico da teorização piagetiana” (p. 97); desafio Bárbara a mostrar no meu texto onde eu faço tal acusação. *Onde se encontra tal afirmação no meu texto?* O que eu procuro demonstrar a respeito é que Piaget valoriza, pelo menos tanto quanto o empirismo, a influência do meio social na gênese e no desenvolvimento do conhecimento e que isto não foi feito por ele mediante uma abordagem sociológica – nem era seu objetivo fazê-lo. Afirmo também que uma abordagem sociológica de forma alguma é incompatível com a Epistemologia Genética (Goldmann; Nowinski, 1967). E acrescento, agora, que uma tal abordagem precisa ser bastante crítica, muito bem fundamentada teoricamente, para conseguir produzir qualquer síntese com a Epistemologia Genética – o que, na educação, ansiosamente esperamos que aconteça! Reconheci, neste sentido, e continuo reconhecendo, grandes momentos em Sociedade e Consciência (cf., p. ex., cap. IV: Considerações Finais); não se pode, no entanto, contemporizar com simplificações teóricas ou equívocos conceituais sobretudo quando se trata de dimensões básicas da teoria.

Exibindo sempre uma preocupação exacerbada em vender erudição. Freitag descuida do aprofundamento dos próprios raciocínios – o que redundaria num convite ao ecletismo. Acompanhemos, p. ex., a exposição de “abstração” que faz a autora.

Piaget (1977, p. 303) divide o processo de abstração reflexiva, o “réfléchissement”, em (primeiro momento) abstração “empírica” e em abstração “réfléchissante”; e esta (segundo momento) em abstração “pseudo-empírica” e “réfléchie”.

“A abstração ‘empírica’ (empírica) tira suas informações dos objetos como tais ou das ações do sujeito em suas características materiais, portanto, de modo geral dos observáveis, ao passo que a abstração ‘reflexiva’ (réfléchissante) apóia-se sobre as coordenações das ações do sujeito, podendo estas coordenações e o próprio processo refletidor (le réfléchissement) permanecer inconscientes ou dar lugar a tomadas de consciência e conceituações diversas. Quando o objeto é modificado pelas ações do sujeito e enriquecido de propriedades tiradas de suas coordenações... a abstração apoiada sobre tais propriedades é chamada ‘pseudo-empírica’ (pseudo-empírica), porque, ao agir sobre o objeto e sobre seus observáveis atuais, como na abstração empírica,

as constatações atingem de fato os produtos da coordenação das ações do sujeito: trata-se, portanto, de um caso particular de abstração reflexiva e de nenhum modo de uma decorrência da abstração empírica (grifo meu). Finalmente, chamamos de abstração ‘refletida’ (réfléchie) o resultado de uma abstração reflexiva assim que se torna consciente, e isto independentemente do seu nível’ (grifo meu); (RAR, 1977, p. 303).

O que faz Freitag em sua exposição? Confunde divisão primária com divisão secundária classificando a abstração “réfléchie” no mesmo nível da abstração “empírica” e da “réfléchissante”, eliminando sumariamente a categoria “pseudo-empírica”. Como eu fiz referência, no meu texto, somente à divisão primária sou acusado pela autora de ter subtraído a categoria “réfléchie”. E ainda diz que “as coisas não são tão simples, como as julga Becker” (p. 101). Afinal, quem está simplificando as coisas? E acrescenta mais: que esta confusão foi elucidada “de maneira brilhante pelo próprio Piaget” (p. 101). É demais! Traindo o seu empirismo Freitag fala em “níveis” de abstração. Qual será o espanto desta autora quando se der conta de que Piaget reconhece a existência de “abstractions réfléchissantes” no nível sensorio-motor (RAR, p. 304, nota 1)? E quando tomar consciência de que a abstração “empírica” só é possível mediante o processo mais geral do “réfléchissement”; nunca anterior e, muito menos, como causa deste?...

Especialmente tendenciosa é a interpretação da autora do subtítulo “Outros” como “residual”, entendendo como tal a crítica que faço ao seu empirismo, quando na verdade trato amplamente desta questão no subtítulo “Desenvolvimento e Meio Social”. Retomo, ao lado de outras, a questão do empirismo, sob aquele subtítulo, por tê-la encontrado sob a forma de empirismo puro em poucas passagens, portanto, com incidência quantitativamente menor; mas de forma nenhuma com menor importância qualitativa. Entendê-la como “residual” é outra tentativa da autora de perverter o significado das questões maiores tratadas no meu texto.

Mas o que surpreende na réplica de Freitag é o seu ponto de chegada; a sua profissão empirista. O que me espanta é saber que uma socióloga que se alinha com a mais moderna dialética, ao entrar na psicologia passa a professar o mais elementar empirismo. E com convicção argumentada. Como explicar esse ecletismo que é capaz de escamotear tamanha contradição? A autora sente dificuldade em entender o que eu afirmo a respeito, num contexto epistemológico, diga-se de passagem, a ponto de postular “media-

ções”, isto é, definições de “empirismo” e “aristotelismo”. Começemos deixando de lado o termo “aristotelismo” que tanto embaralhou a autora (salvando a referência de Garcia e Piaget a respeito, sua argumentação não ultrapassa a pura “banalidade”: o termo, lembre-se, é de Freitag); pouco perdemos com isso e já que ele não ajudou... Vamos, então, definir “empirismo” e localizar, posteriormente, na psicologia o tipo de empirismo professado, contra Piaget e contra si mesma, por Freitag.

3. A profissão empirista

Consultemos um Dicionário de Filosofia (1965) qualquer; sem muita escolha. O que encontramos aí?

“Empirismo é o nome que recebe uma doutrina filosófica, e em particular gnoseológica, segundo a qual o conhecimento se encontra fundado na experiência. O empirismo se contrapõe via de regra ao racionalismo, segundo o qual o conhecimento encontra-se fundado, em grande parte pelo menos, na razão. Contrapõe-se também ao inatismo segundo o qual o espírito, a alma, a mente e, em geral o chamado ‘sujeito cognoscente’ possui idéias inatas, isto é, anteriores a toda aquisição de ‘dados’. Para os empiristas, o sujeito cognoscente é comparável a uma tábula rasa ou a uma superfície onde se inscrevem as impressões procedentes do ‘mundo externo’.

Pode-se distinguir no empirismo os aspectos psicológico, gnoseológico e metafísico. O empirismo psicológico sustenta que o conhecimento tem sua origem inteiramente na experiência. O empirismo gnoseológico sustenta sobretudo que a validade de todo conhecimento está radicada na experiência. O empirismo metafísico sustenta, ou tende a sustentar que ‘a realidade mesma’ é, por assim dizer, ‘empírica’, isto é, que não há mais realidade do que aquela que é acessível à experiência, e em particular à experiência sensível.

“... Tem-se alegado que é melhor restringir o termo ‘empirismo’ aplicando-o ao chamado ‘empirismo moderno’ e especialmente ao ‘empirismo inglês’ (Francis Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley, Hume).

“Comum a quase todos os empiristas modernos, e em particular

aos empiristas ingleses, é a concepção do espírito ou sujeito cognoscente como um ‘receptáculo’ – no começo um ‘receptáculo vazio’ – no qual ingressam os dados do mundo exterior transmitidos pelos sentidos mediante a percepção. (...) É necessário que as ‘idéias’ (Berkeley) ou as ‘sensações’ (Hume) ‘acumulem-se’, por assim dizer, no espírito, de onde ‘acodem’ ou, melhor, de onde ‘são chamadas’ para enredar-se com outras percepções.

“... Kant declara que se todo conhecimento começa com a experiência (...), nem todo ele procede da experiência (...). Ele quer dizer que a origem do conhecimento encontra-se (psicologicamente) na experiência, mas que a validade do conhecimento se encontra (gnoseologicamente) fora da experiência.

“É típico da maior parte das correntes empiristas conceber a experiência – pelo menos na sua primeira ‘fase’ – como ‘experiência sensível’ ou ‘experiência dos sentidos’ (grifo meu); (p. 513-516).

Perdão pela extensão da citação e pelo sabor escolástico da mesma. Ela foi necessária na medida em que Freitag postula “mediações”. Como se vê, elas se encontram em qualquer dicionário de filosofia...

Entendo por “empirista” toda explicação epistemológica que atribui aos sentidos a gênese do conhecimento (é este, aliás, o sentido básico referido por Piaget), quer sejam entendidos como fatores mais ou menos independentes e hegemônicos (visão, audição, etc.), quer como um conjunto mais organizado; como percepção, portanto. Referimos, aqui, o empirismo inglês e, no prolongamento deste, o behaviorismo em geral situando, numa zona de transição entre os dois, o associacionismo de Edward L. Thorndike (1874–1949). Lembremos, com Piaget, que ao empirismo não cabe outra hipótese epistemológica a não ser o associacionismo. Creio não haver dificuldade em Freitag admitir que Thorndike seja empirista já que ela admite que o empirismo “se deu no associacionismo de Skinner, concretizando-se ainda em outras formas de associacionismo...” (p. 100). Comparemos, então, a explicação por ensaio-e-erro de Thorndike com a interpretação de “reação circular” de Freitag.

a) O empirismo de Thorndike

“A base da aprendizagem aceita por Thorndike nos seus primeiros escritos era a associação entre as impressões dos sentidos e os impulsos para a ação” (Hilgard, 1973, p. 19). Embora empirista este autor não pro-

fessa um empirismo puro segundo o qual o indivíduo ao nascer é, sob o ponto de vista do conhecimento, *tabula rasa*, pois admite um princípio ativo nos organismos (animais inferiores ou no homem). Daí sua concepção de aprendizagem por ensaio-e-erro ou aprendizagem por seleção e conexão. “O homem é, antes de mais nada, um organismo associativo trabalhando para evitar aquilo que perturba os processos vitais dos neurônios” (Thorndike, apud Hilgard, p. 22). Aprendizagem por ensaio-e-erro significa que frente a uma situação problema, na qual tem que alcançar um objetivo, o organismo seleciona – o que inicialmente se dá por acaso – uma resposta apropriada dentre várias respostas possíveis. Assim, define-se um ensaio como “o espaço de tempo gasto (ou o número de erros cometidos) até a obtenção do objetivo”. De volta às mesmas situações-problemas o organismo mostra precisar, embora lenta e irregularmente, de cada vez menos tempo para atingir o objetivo. A força de uma resposta, isto é, de uma aprendizagem, é função do *êxito* (Lei do Efeito) e da *repetição* (Lei do Exercício). Verifica-se um aumento na probabilidade de ocorrência tanto da resposta repetida quanto da resposta que levou ao êxito. Resumindo: perante uma situação-problema o organismo ensaia (erros e acertos) uma resposta que leve a consequências agradáveis ou que evite o desconforto e a reproduz toda vez que se repetir a situação. O empirismo de Thorndike, embora mesclado de apriorismo, está claramente configurado na medida em que os fatores condicionantes da resposta encontram-se no plano do objeto (estímulo/sentidos) e não no do sujeito; isto é, na medida em que for reproduzida (repetição) uma resposta fortuita que atingiu o objetivo (êxito).

“A teoria de ‘ensaios e erros’, diz Piaget (1978), combina, assim, a idéia apriorista, segundo a qual as soluções derivam de uma atividade própria do sujeito, e a idéia empirista, para a qual a adoção da boa solução é devida, em definitivo, à pressão do meio externo. (...) O apriorismo e o empirismo estão aqui justapostos, portanto, e não superados” (p. 368-369).

Vamos discutir, com Piaget (1978), a teoria das tentativas professada por Thorndike. Segundo esta teoria, “existiria um método ativo de adaptação às circunstâncias novas: o método das tentativas” (p. 368). Por um lado uma sucessão de ensaios composta de “erros” e acertos casuais; por outro, uma seleção progressiva *a posteriori* determinada pelos êxitos ou fracassos desses ensaios. “A inteligência empírica explicar-se-ia, pois pela tentativa e seriam a interiorização e sistematização progressivas desses processos que explicariam, ulteriormente, a inteligência propriamente dita” (p. 370). (Esta citação

expressa precisamente, a meu ver, a interpretação de Freitag de reação circular com a diferença que ela não indica como se faz a seleção das respostas).

Piaget reconhece a generalidade do fenômeno da tentativa em todas as etapas do período sensório-motor, desde o início do exercício dos reflexos; reconhece, em especial, sua importância na reação circular primária, importância que aumenta na formação dos esquemas secundários e, posteriormente, na coordenação destes esquemas: “parece que uma grande parte de verdade deve ser creditada à teoria que identifica a inteligência com uma exploração que se desenvolve por tentativa ativa” (p. 370). Mas, ressalva Piaget, “a história da tentativa é a da acomodação com suas complicações sucessivas” (p. 370). E continua: “Sem rejeitar, absolutamente a idéia da tentativa, não a consideramos, pois, suficiente para explicar por si só o mecanismo da inteligência” (p. 376). E ainda, “as sucessivas tentativas só são relativamente independentes entre si e os resultados a que chegam, embora sejam em grande parte fortuitos, só adquirem significação, entretanto, graças aos esquemas ocultos, mas atuantes, que os esclarecem” (p. 374).

b) Reação circular e sensório-motricidade

Reação circular é a “reprodução ativa de um resultado obtido pela primeira vez ao acaso” (PI, p. 136).

“A reação circular deve ser concebida, certamente, como a síntese ativa de assimilação e de acomodação. É assimilação na medida em que constitui um exercício funcional que prolonga a assimilação reflexa: sugar o polegar ou a língua é assimilar estes objetos à atividade própria da sucção. Mas a reação circular é também acomodação na medida em que realiza uma coordenação nova, não dada no mecanismo reflexo hereditário” (NI, p. 69).

“Esta conservação de resultados interessantes, obtidos por acaso, é, pois, o que Baldwin chamou ‘reação circular’. Essa noção de que nos servimos para descrever os próprios fatos, parece definir exatamente a posição da presente (segunda) fase: a reação circular implica a descoberta e a conservação da novidade e nisso difere do reflexo puro; mas é anterior à intencionalidade e nisso antecede a inteligência propriamente dita. Entretanto, é uma noção que exige ser interpretada (grifo meu). (...) A ‘reação circular’ nada mais é, pois, do que uma noção glo-

bal, abrangendo realmente dois processos distintos (assimilação e acomodação)” (NI, p. 139).

O que devemos extrair destas citações?

Que Piaget tomou o termo “reação circular” emprestado de Baldwin. Que “um resultado obtido pela primeira vez ao acaso” não pode ser explicado pela reação circular, pois ele é anterior a ela. Que, reciprocamente, a reação circular não serve para explicar este “resultado obtido ao acaso”. Que para explicar este “resultado”, isto é, para ir em busca da gênese da inteligência, deve-se apelar para a assimilação, melhor dito, para os esquemas de ação, e também para a acomodação. Que a reação circular tem um valor puramente descritivo e que, portanto, pode ser abandonada sem nenhuma perda teórica: Piaget a chama de noção e não de conceito como o faz Freitag (p. 100). Que a “reação circular” é uma noção útil, mas não necessária. Que, portanto, atribuir valor explicativo à reação circular é distorcer a explicação piagetiana.

Assumindo a explicação de Claparede, Piaget (1978) mostra como o reflexo condicionado, instância explicativa do associacionismo para os primeiros hábitos, é um fenômeno de “implicação”:

“B está implícito em A quando, dado A o sujeito se conduz para com ele tal como se conduziria em face de B”. Ora, “A visão, pelo cão de uma cor rosa A apresentada primeiro com uma refeição B, provocará a reação salivar e gástrica que essa refeição B desencadeou. O cão reagiu a A como se B estivesse contido, estivesse implicado em A”. “Se houvesse uma simples associação e não implicação, a cor rosa deveria simplesmente evocar na memória do cão a lembrança da refeição, mas sem que se seguisse reação alguma significando que a cor rosa é tomada pela refeição, funciona como refeição”. (Claparede, apud Piaget, NI, p. 376-377).

O fenômeno da implicação é muito mais amplo que o reflexo condicionado, subsumindo este: “A implicação mergulha as suas raízes nas camadas motoras do ser. Poder-se-ia dizer que a vida implica a implicação” (Claparede, apud Piaget, p. 378).

O problema está em explicar como dois termos (a cor rosa e a refeição, acima, p. ex.) até então estranhos um ao outro, aparecem ao sujeito como um implicando o outro”?

“A única resposta possível é que existem esquemas (quer dizer, precisamente, as totalidades organizadas cujos elementos internos se implicam mutuamente), assim como uma operação constitutiva desses esquemas e suas implicações, que é a *assimilação*. Com efeito, sem essa operação formativa das implicações, que é o equivalente sensório-motor do julgamento, qualquer coisa implicará qualquer outra coisa, ao sabor das aproximações fortuitas da percepção” (NI, p. 377).

Ou seja, o traço de união entre a assimilação motora e a implicação é a assimilação.

“Com efeito, só a assimilação explica como o organismo tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as ações que lhe foram proveitosas (assimilação reprodutora) – o que basta para constituir os esquemas não em virtude da repetição das condições exteriores, mas, ainda e sobretudo, graças a uma reprodução ativa das condutas anteriores, em função dessas condições – e para incorporar aos esquemas assim formados os dados suscetíveis de lhes servirem de alimento (assimilação generalizadora). Por consequência, só a assimilação explica como a reprodução ativa engendra a implicação”.

“A assimilação reprodutora (e cognitiva), por uma parte, e a assimilação generalizadora, por outra parte, são, portanto, a origem da implicação, a qual não se explicaria sem elas; e essas implicações... são logo dirigidas e organizadas pelo sistema de esquemas” (NI, p. 378).

Vemos, assim, por onde anda a explicação piagetiana: implicação, característica fundamental da assimilação, dirigida e organizada pelo sistema de esquemas. E não, como propõe Freitag, aquisições dos sentidos coordenadas por reações circulares...

c) A Profissão Empirista

Citando o livro *O Nascimento da Inteligência na Criança* afirma Freitag (p. 100) que Piaget ressalta a importância das reações circulares primárias “que coordenam sistematicamente esses sentidos (sucção, visão, fonação e audição, e prensão) entre si e permitem que as primeiras reações aos estímulos externos (como o leite materno) sejam transformados, por sua vez em estímulos

associando-se uns aos outros numa cadeia cumulativa de ações e reações” e que “Piaget dedicou vários capítulos, diferenciando entre reações circulares primárias, secundárias e terciárias, como fundamentos para a constituição dos “esquemas, as verdadeiras estruturas cognitivas”.

O que devemos extrair dessas citações?

Que a autora confunde a importância do *fenômeno* que Piaget descreve como “reação circular”, com a *noção* ou com o *termo* “reação circular”. (Seria interessante investigar o significado do termo “reação circular” naquele momento em que Piaget escreveu O Nascimento da Inteligência. Por que Piaget utiliza esta noção de Baldwin. Que tipo de questão procurava ele responder, etc.). Que Freitag atribui à reação circular o *status* de “esquema” ao afirmar que as reações circulares primárias “*coordenam sistematicamente esses sentidos (sucção, visão, etc.) entre si...*”. Essa confusão só não redundaria em consequências teóricas mais sérias porque a reação circular é totalmente redutível à assimilação e à acomodação. Que ao afirmar que as reações circulares primárias “permitem que as primeiras reações aos estímulos externos (como o leite materno) sejam transformados, por sua vez, em estímulos associando-se uns aos outros numa cadeia cumulativa de ações e reações” a autora de Sociedade e Consciência alinha-se claramente ao associacionismo clássico cuja base epistemológica é inequivocamente empirista (a expressão metodológica deste alinhamento vai dar no Positivismo... como fica isto para uma sociológica dialética?...). Contrariamente a isto Piaget procurou “mostrar que em todos os campos (percepção e ‘associação’) onde o sujeito adquire algum conhecimento por leitura da experiência, essa ‘leitura’ não consiste em registros cumulativos, mas em ‘assimilações’, quer dizer, em incorporações do dado a esquemas se organizando graças às atividades do sujeito tanto quanto às propriedades do objeto” (PPG, p. 92). Que Freitag exagera quando afirma que as reações circulares são “fundamentos para a constituição dos ‘esquemas’...”, pois a condição de possibilidade da reação circular é o próprio esquema: deve-se afirmar exatamente o oposto do que afirma a autora, isto é, o esquema é o fundamento, a condição de possibilidade, da reação circular; no caso da reação circular primária, o fundamento é dado pela organização dos “esquemas” reflexos e, no caso deste, o fundamento é dado pela hereditariedade geral:

“a atividade funcional da razão (o ipse intellectus que não provém da experiência) está vinculada, evidentemente, à ‘hereditariedade ge-

ral’ da própria organização vital: assim como o organismo não poderia adaptar-se às variações ambientais se não estivesse já organizado, também a inteligência não poderia apreender qualquer dado exterior sem certas funções de coerência (cujo termo último é o princípio de não-contradição), de relacionamento etc., que são comuns a toda e qualquer organização intelectual.

“Ora, esse segundo tipo de realidades psicológicas hereditárias é de uma importância capital para o desenvolvimento da inteligência. Com efeito, se existe verdadeiramente um núcleo funcional da organização intelectual que promana da organização biológica no que ela tem de mais genérico, é evidente que essa invariante orientará o conjunto das sucessivas estruturas que a razão vai elaborar em seu contato com o real; desempenhará assim o papel que os filósofos atribuíram ao a priori, quer dizer, imporá às estruturas certas condições necessárias e irredutíveis de existência” (NI, p. 14).

Finalmente, que a autora de Sociedade e Consciência, sem conseguir mais camuflar sua redução empirista da Epistemologia Genética, chama as *ações* da sucção, da fonação e da prensão de *sentidos* como se o paladar fosse o responsável pela sucção, o tato o responsável pela prensão, etc. Nem a visão e a audição podem ser classificadas meramente como sentidos, pois o bebê ainda muito pequeno busca as imagens e os sons através de movimentos dos olhos e da cabeça. O olho vê o que o cérebro (a organização dos esquemas) “manda” ver; o ouvido ouve o que o cérebro “manda” ouvir. Aqui está uma diferença entre o empirismo e Piaget: nós vemos o que o nosso cérebro (através da organização dos esquemas) permite ver e não o que o estímulo (sentidos) determina. Se assim não fosse como poderíamos entender que uma criança leva pelo menos sete anos para “ver” que uma substância, após *n* transformações, se conservou. Se fossem os sentidos, isto é, os estímulos os determinantes desta capacidade, isto deveria acontecer muito mais cedo. “O objeto só é conhecido na medida em que o sujeito consegue agir sobre ele e essa ação é incompatível com o caráter passivo que o empirismo, em graus diversos, atribui ao conhecimento” (PPG, p. 99).

Antes de prosseguir um aviso: não preciso ler Piaget: Encontros e Desencontros (Freitag, 1985) que conheço desde a produção de meu texto inicial, pois a citação

que ora comento está *literalmente* transcrita neste livro (p/ 15–18); o que, por coerência lógica, me obriga a estender a presente crítica também ao Encontros e Desencontros...

Freitag, em sua réplica, faz uma verdadeira profissão empirista que vai muito além do que eu suspeitava ao analisar Sociedade e Consciência. “Se os *sentidos* não tivessem importância *primordial* (grifo meu) no desencadeamento da psicogênese, Piaget não teria recorrido – para a caracterização do primeiro estágio ou nível de organização do pensamento – ao conceito ‘sensorimoteur’ (p. 100). Como já destacamos acima, a autora isola novamente o “sensori” do “moteur”, supervalorizando o primeiro e ignorando o segundo. É impossível exagerar a importância dos sentidos (basta pensar na cegueira, na surdez, etc.). Para Piaget, porém, os sentidos não dispõem de qualquer hegemonia no “desencadeamento da psicogênese”, pois eles recebem direção, significado, na medida em que são coordenados pelo sistema de esquemas. A criança atribui significado a um objeto qualquer que agarrou, não pelo tato, mas pelo esquema de apreensão que subsume o tato e o coordena. A criança atribui significado a um objeto que olhou, não pelo sentido (sensori) da visão, mas pelas ações (moteur) coordenadas de agarrar, puxar, empurrar, virar e revirar, etc., olhando (ação) o objeto de frente, de lado, de cima, de baixo, etc. A atribuição de significado é ativa (moteur) e não passiva (sensori). Segundo Piaget, é a ação que dá significado às coisas, e não os sentidos, como insiste Freitag. Observemos, com Piaget (NI, cap. I), a primeira mamada do recém-nascido: os sentidos do paladar e do tato só adquirem significado na medida em que já existe aí uma totalidade organizada, um “esquema” capaz de diferenciar o bico do seio dos tegumentos circundantes (assimilação recognitiva), de repetir a mamada (assimilação reprodutiva) e de, aos poucos, sugar outros objetos (assimilação generalizadora): trata-se do esquema de sucção; primeiramente “esquema” (reflexo), depois esquema (construído). Os sentidos, repito, têm toda a importância que se pode imaginar, porém, eles só adquirem significado na medida em que são coordenados pelo sistema de esquemas; e, para praticar um pleonasma, pelos esquemas de ação ou de assimilação. Atribuir a Piaget a afirmação de uma “importância primordial” aos sentidos, desvinculados da ação, no desencadeamento da psicogênese é, na melhor das hipóteses, reduzir a Epistemologia Genética àquilo que ele sempre combateu, o empirismo. “A percepção como tal não poderia, com efeito, prestar contas da formação de nenhuma noção lógico-matemática... Em compensação, toda percepção... é estruturada por atividades sensorio-motoras mais amplas que ela e cujas co-

ordenações preparam as estruturas lógicas” (PPG, p. 91).

Mediação importante que Freitag não deveria deixar de postular é a conceituação de experiência de Piaget. O autor da Epistemologia Genética distingue dois tipos de experiência: a física e a lógico-matemática. Vale a pena relembra aqui estes conceitos – embora para Freitag provavelmente não passarão de banalidades.

Experiência física é *agir* sobre os objetos e mediante esta ação abstrair qualidades que são próprias da ação e da coordenação das ações do sujeito (abstração reflexiva ou refletida).

Como se vê, nem na definição de experiência física Piaget faz concepções à hipótese empirista da formação das estruturas da inteligência, pois coloca como mediador, entre o genoma e o meio, a ação e a coordenação das ações (operação) do sujeito, submetendo a estas os sentidos, a percepção – desde os primórdios e, progressivamente, no sentido diacrônico da psicogênese.

Tendo presente este quadro teórico, vou reler, agora, o parágrafo de Sociedade e Consciência que aponto, em minha crítica anterior, como decididamente empirista e ao qual Freitag (1987, p. 100) refere-se dizendo ter verificado “com certa perplexidade” que eu indigitava esta passagem e ser “este o trecho sobre o qual tropeçou meu crítico”. Em outras palavras, a autora não aceita a minha crítica:

“O estágio *sensori-motor* é aquele em que a criança procura coordenar e integrar as informações que recebe através dos seus sentidos. Os sentidos constituem, pois, as primeiras fontes de informação e dão origem aos primeiros esquemas cognitivos mais elementares (sugar, pegar, ouvir, ver, locomover-se) sobre os quais depois são construídos todos os demais. Os esquemas sensorio-motores ainda não são acompanhados de processos cognitivos propriamente ditos, porque constituem atividades inconscientes.

“Decisivo para a compreensão desse estágio é o conceito da *reação circular*...” (p. 58).

Coloquemos em destaque algumas afirmações contidas nesta citação:

“O estágio *sensorio-motor* é aquele em que a criança procura coordenar e integrar as informações que recebe através dos seus *sentidos*”. Não há nenhuma recepção de informações, neste estágio como em qualquer outro, a não ser mediado pela ação; através dos sentidos sim, mas mediados pela ação. Por que Freitag silencia a respeito?

“Os sentidos constituem... as primeiras fontes de informação”. Os sentidos por si sós não conseguem informar nada; por si sós são caóticos, a não ser quando coordenados pelos esquemas de ação; são estes que lhes dão direção, significado. Por que Freitag cala-se a respeito?

“Os sentidos constituem... e dão origem aos primeiros esquemas cognitivos mais elementares (sugar, pegar, ouvir, ver, locomover-se) sobre os quais depois são construídos todos os demais”!!! Essa é de matar! Nem Aristóteles, nem Locke, nem Thorndike, nem Watson, menos ainda Skinner conseguiram ser tão empiristas assim... Esta deixa qualquer crítico à vontade, sem precisar fazer esforço... Partir para a agressão estilo Freitag, aqui, seria covardia...

Compreende-se, agora, neste contexto empirista porque a noção de *reação circular* sofre uma supervalorização, é inflacionada. Mas a isto os gestaltistas já responderam há mais de cinquenta anos: a aprendizagem por *insight* mostra a inutilidade da repetição a partir de respostas fortuitas...

Insisto em que Freitag não entendeu o que para Piaget era de vital importância: “a fundamentação empírica da razão pura, lógico-matemática” constitui o *a priori* da “fundamentação empírica da razão prática” (Freitag, 1987, p. 99). Aquela constitui a condição de possibilidade da existência desta. A compreensão daquela constitui a condição de possibilidade da compreensão desta. De nada adianta investigar esta deixando aquela na penumbra: seria satisfazer-se com o *fenômeno* sem preocupar-se com o *noumeno*. A razão prática só será satisfatoriamente entendida quando se tiver entendido o processo de constituição de suas condições *a priori*: a constituição da razão pura, lógico-matemática – cujo processo é radicalmente social! O que quer dizer Ramozzi-Chiarottino (1979) senão precisamente isto?:

“a causalidade exprime as transformações do real, enquanto as operações traduzem as de uma estrutura racional; resta, no entanto, o fato de que para alcançar as primeiras o sujeito tem necessidade de fazê-lo por intermédio das segundas, pois como vimos a causalidade só pode ser entendida como uma construção operatória” (p. 79).

“A ação destrói a dicotomia razão e real. A explicação da origem do conhecimento não está nem no objeto como tal, nem no sujeito como tal, mas num complexo indissociável de interações entre sujeito e objeto que é fornecido pela ação” (p. 74).

Esta epistemologia piagetiana é totalmente incompatível com a epistemologia empirista.

Resumindo, Freitag não respondeu às minhas críticas: nem a respeito do maturacionismo, nem da intervenção do meio na psicogênese, nem, como vimos, a respeito do empirismo. Fica prejudicada, assim, a discussão tão importante da leitura sociológica de Piaget. O interacionismo (interação sujeito-objeto) piagetiano é algo tão radical que nele não há lugar para o maturacionismo ou para o empirismo: não há lugar para o ecletismo, portanto. Não será escamoteando estas questões epistemológicas que se conseguirá apropriar-se da gigantesca fecundidade do pensamento piagetiano. Muito menos para fazer-se uma leitura sociológica da Epistemologia Genética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Fernando. Uma socióloga lê Piaget: as confusões conceituais de Bárbara Freitag. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 12(1):79–85, jan./jun. 1987.

Da ação à operação: o caminho da aprendizagem; Jean Piaget e Paulo Freire. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1983.

FREITAG, Bárbara. *Sociedade e consciência*; um estudo piagetiano na favela e na escola. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1984.

. Um psicólogo lê Piaget: as confusões conceituais de Fernando Becker. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 12(2):97–102, jul./dez. 1987.

. Piaget: *encontros e desencontros*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

GOLDMANN, Lucien. Épistémologie de la sociologie. In: PIAGET, Jean. *Logique et connaissance scientifique*. Paris, Gallimard, 1967. pp. 992-1018.

HILGARD, E. R. *Teorias de aprendizagem*. São Paulo, EPU, 1973.

MORA, José Ferrater. Empirismo. In: *Dicionário de Filosofia*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1965.

NOWINSKI, Czeslaw. Biologie, théories du développement et dialectique. In: PIAGET, Jean. *Logique et connaissance scientifique*. Paris, Gallimard, 1967. pp. 862-892.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. Causalidade e operações em Piaget. *Ciência e Filosofia*. São Paulo, (1):73–83, 1979.

PIAGET, Jean. *RAR-Recherches sur l'abstraction réfléchissante*. Paris, P.U.F., 1977. 2v.

(1937) *NI—O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PPG—*Problemas de Psicologia Genética*. Rio de Janeiro, Forense, 1973.

PI—*Psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1972.

* * *